



NOTA DE IMPRENSA

9 de maio de 2021

Nos dias 8 e 9 de maio de 2021, realizou-se o Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA), na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior. Neste fórum foram debatidos temas como a Ação Social e Sucesso Escolar, Inovação Pedagógica e Reestruturação Curricular e Financiamento e Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

No que concerne à Ação Social e Sucesso Escolar, o Movimento Associativo destaca a necessidade da revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) e da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE). Destaca igualmente a necessidade da revisão do regime de prescrições no Ensino Superior Público, de forma a que este não seja um instrumento discriminativo pelas dificuldades socioeconómicas dos Estudantes.

No que diz respeito à Inovação Pedagógica e Reestruturação Curricular, abordam-se as fragilidades encontradas no decorrer da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2, tendo sido solicitada a implementação de um número mínimo de horas obrigatórias de formação pedagógica regular, a flexibilidade na criação de oportunidades para realizar unidades curriculares em outras unidades orgânicas, o estímulo à criação de formações em regime pós-laboral e a revisão da forma de acesso ao ensino superior para esse mesmo regime. Com as constantes exigências do mercado de trabalho é necessário ter em consideração um processo de atualização contínua, no qual os estudantes apelam à valorização das pós-graduações.

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes enaltecem a meta estabelecida em 3% de investimento do PIB em Inovação e Desenvolvimento, priorizando a transferência de conhecimento na Recuperação de Portugal. Os estudantes referem a falta de cumprimento do Plano Nacional de Alojamento no Ensino Superior, exigindo a conceção de um plano detalhado

com os objetivos anuais de disponibilização de camas até 2026. Alerta-se para a criação de bolsas de doutoramento e de emprego qualificado. Ademais, reforça-se a necessidade de orientar os programas de investigação e desenvolvimento para a resolução dos desafios atuais, nomeadamente ao nível do clima e da transição digital.

Em matérias de Financiamento, as estruturas estudantis apelam a criação de um quadro legal que considere que as taxas e emolumentos devem estar contemplados no financiamento público necessário ao funcionamento das IES, garantindo a impossibilidade das Instituições cobrarem taxas por requerimentos, inscrições, matrículas e outros documentos comprovativos. Alertam os estudantes que é necessário um reforço da dotação orçamental para a Ação Social, um aumento do valor de bolsa média com vista a combater as dificuldades sentidas por parte dos estudantes e, para estudantes de mestrado, o valor base da bolsa de estudos deve ser fixado como 125% da propina efetivamente paga até ao limite de 3,5 IAS (1535,84€), devendo estes valores ser alvo de revisão de acompanhamento e avaliação regular.

Atendendo às consequências da COVID-19, é importante reforçar a divulgação e os serviços de apoio à comunidade estudantil no que concerne aos problemas de saúde mental.

Com o intuito de alargar o acesso de todos os jovens ao património cultural, é proposta a extensão da gratuidade do acesso a museus e monumentos nacionais tutelados pela DGPC a todos os estudantes do Ensino Superior e jovens até aos 25 anos residentes na União Europeia.

As Federações e Associações Académicas e de Estudantes acusam a necessidade de se inovar na forma de aprender, sendo necessária a adoção de um modelo de ensino multidirecional. Relativamente às infraestruturas e equipamento tecnológico, deverá investir-se na modernização, assegurando o seu gratuito acesso. Sugere-se ainda a valorização da componente pedagógica na progressão da carreira e avaliação docente.

O próximo Encontro Nacional de Direções Associativas Ordinário terá lugar na cidade de Setúbal, nos dias 4 e 5 de setembro.

O Movimento Associativo Nacional,
Covilhã, 9 de maio de 2021